

Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br



O indiciamento de Bolsonaro

Antes mesmo de ser indiciado pela CPI do Senado que investiga a atuação do governo durante a pandemia do novo coronavírus (covid-19), o presidente Jair Bolsonaro sentiu o golpe. No cercadinho do Palácio da Alvorada, onde manda seus recados por meio de apoiadores e da imprensa, chamou de “bandido” o relator da comissão, senador Renan Calheiros (MDB-AL), que pretende lhe imputar 11 crimes, sendo três gravíssimos: homicídio, crime contra a humanidade e genocídio. “O que nós gastamos com auxílio emergencial foi o equivalente a 13 anos de Bolsa Família. Tem cara que critica ainda. O Renan me chama de homicida. Um bandido daquele. Bandido é elogio para ele. O Renan está achando que eu não vou dormir porque está me chamando de homicida, está de sacanagem”, estrilou.

No cronograma da CPI, o relatório será apresentado na terça e votado na quarta-feira, o que promete uma semana quente no Senado. A tropa de choque do governo deve se mobilizar para barrar o relatório, que propõe o indiciamento da cadeia de comando do governo no auge da pandemia, ou seja, entre outros, do então ministro da Casa Civil, general Braga Netto, hoje ministro da Defesa; do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello e do seu ex-secretário-executivo Elcio Franco, aquele da faca ensanguentada na lapela — além do presidente Bolsonaro e dos supostos integrantes do chamado “gabinete paralelo”, o que inclui seus filhos Flávio, senador; Eduardo, deputado federal; e Carlos, vereador carioca; o líder

do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR); o deputado Osmar Terra (MDB-RS), ex-ministro da Cidadania; e os médicos Paolo Zanotto e Nise Yamaguchi.

A CPI foi bem-sucedida ao revelar os erros cometidos pelo governo durante a pandemia, mas também teve seus momentos de histrionismo e de dribles a mais. Existe uma maioria robusta para aprovação de um relatório consistente; dificilmente, porém, haverá maioria para a imputação do crime de genocídio a Bol-

sonaro. O senador Alessandro Vieira (Cidadania-ES), por exemplo, defende o foco na cadeia de comando e o indiciamento apenas naqueles crimes sobre os quais há provas irrefutáveis. Delegado de Polícia Civil, tem experiência no ramo. A CPI não é um tribunal, é uma comissão de inquérito; seu relatório será remetido a diversas esferas, da Justiça de primeira instância ao Supremo Tribunal Federal (STF); do Tribunal de Contas da União (TCU) à Procuradoria-Geral da República (PGR), da Receita Federal à Polícia Federal.

Genocídio

“O que passa na cabeça do Renan Calheiros naquela CPI? Eu vi que... O que passa na cabeça dele com esse indiciamento? Esse indiciamento, para o mundo todo, vai que eu sou homicida. Eu não vi nenhum chefe de Estado ser acusado de homicida no Brasil por causa da pandemia. E olha que eu dei dinheiro para todos eles (governadores)”, disse Bolsonaro, traindo o temor de que essa venha a se tornar a maior dor de cabeça de sua vida. Uma coisa é responder às acusações na Presidência, outra é ter que fazê-lo, caso não seja reeleito, na planície, como simples cidadão.

São acusações pesadas: epidemia com resultado de morte; infração de medida sanitária preventiva; charlatanismo; incitação ao crime; falsificação de documento particular; emprego irregular de verbas públicas; prevaricação; genocídio de indígenas; crime contra a humanidade; crime de responsabilidade, por violação de direito social e incompatibilidade com dignidade, honra e decoro do cargo; e homicídio comissivo por omissão no enfrentamento da pandemia. Como o relatório da CPI será acolhido no Tribunal Penal Internacional, em Haia, na Holanda? Criado pelo Tratado de Roma, em 1998, o órgão ligado à ONU foi ratificado por 66 países, entre os quais o Brasil. A imagem internacional de Bolsonaro é péssima.

A Corte tem competência para julgar os chamados crimes contra a humanidade, assim como os crimes de guerra, de genocídio e de agressão. O Estatuto define genocídio como qualquer ato praticado “com intenção de destruir total ou parcialmente grupo nacional, étnico, racial ou religioso”. Crime contra a humanidade é “qualquer ato praticado como parte de um ataque generalizado ou sistemático contra uma população civil e com conhecimento de tal ataque” (por exemplo, “práticas que causem grande sofrimento ou atentem contra a integridade física ou saúde mental das pessoas”).

OBITUÁRIO / Ronaldo José Lopes Leal comandou o tribunal entre 2006 e 2007. Presidente da Corte, ministra Maria Cristina Peduzzi, declara luto oficial de três dias

Morre ex-presidente do TST

» MICHEL MEDEIROS
ESPECIAL PARA O CORREIO

O ministro Ronaldo José Lopes Leal, ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), morreu, ontem, em Porto Alegre, aos 84 anos. A presidente da Corte, ministra Maria Cristina Peduzzi, manifestou pesar e decretou luto oficial de três dias no tribunal.

“Nossos sentimentos à família enlutada e a solidariedade de todos os ministros e servidores do TST. O ministro Ronaldo foi um grande homem, magistrado exemplar, jurista e figura pública ímpar. Cumpriu a sua missão na

Terra com louvor. Está na morada eterna com o Pai”, afirmou Peduzzi. Para a presidente, Lopes Leal se destacou na magistratura pela atuação humana e democrática.

Natural de São Jerônimo (RS), o ministro aposentado ingressou na magistratura em 1963, como juiz substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) e ocupou importantes cargos no Poder Judiciário. Foi presidente da Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ, atualmente Vara do Trabalho) de Santo Ângelo (RS) e presidente do TRT da 4ª Região, entre 1994 a 1995.

Ainda em 1995, assumiu uma cadeira no TST. Na Corte, foi corregedor-geral da Justiça do Tra-

Wanderlei Pozzemborn/CB/D.A Press - 25/4/03



Ronaldo José Lopes Leal morreu em Porto Alegre, aos 84 anos

balho (2002 a 2004), vice-presidente (2004 a 2006) e presidente (2006 e 2007).

Lopes Leal desempenhou im-

portante papel, também, na defesa dos interesses da magistratura, como presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

O presidente da entidade, Luiz Antonio Colussi, também lamentou a morte. “O ministro Ronaldo José Lopes Leal foi um dos fundadores da Anamatra, em 28 de setembro de 1976, presidindo-a de 1978 a 1982, tendo atuação relevante e definitiva no associativismo da magistratura do trabalho e sendo grande defensor do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho”, pontuou.

O corpo do magistrado foi enterrado ontem, em Porto Alegre.



3 QUARTOS GUARÁ II | QI 33

RESIDENCIAL
WILDEMIR DEMARTINI



Imagem real do apartamento decorado | Sala

ENTREGA
OUT/21

VISITE O APTº
DECORADO

3 QUARTOS

114 a 195 m²
Até 3 vagas
de garagem

COBERTURAS

233 m²
Até 4 vagas
de garagem

ÁREAS COMUNS

Entregues
equipadas
e decoradas

QUALIDADE

Lazer
completo

VANTAGEM

Facilidade na
negociação

PROJETO Gomes Figueiredo | DECORADO Cybele Barbosa Arquitetura



ACESSE E
SAIBA MAIS

VISITE NOSSAS CENTRAIS DE VENDAS

208/209 NORTE

(Eixinho, ao lado do McDonald's)

NOROESTE

(CLNW 2/3)

ÁGUAS CLARAS

(Av. Araucárias)

GUARÁ II

(QI 33 Lote 2)

INCORPORAÇÃO, CONSTRUÇÃO E VENDAS

Paulo Octavio

3326.2222

www.paulooctavio.com.br

01700

AVANÇADA